

Relator do Orçamento vai a Lula e Dilma por novo mínimo

Gim Argello se reúne com lideranças sindicais e diz que buscará diálogo com governo a fim de obter reajuste maior

O senador Gim Argello, relator-geral do Orçamento para 2011, anunciou ontem, após encontro com parlamentares e lideranças sindicais, que vai se reunir com autoridades do governo federal, inclusive com o presidente Lula e sua sucessora, para tentar chegar a um entendimento que permita um aumento do salário mínimo, a partir de 1º de janeiro, acima dos R\$ 538,15 previstos no projeto original. **3**



Gim Argello, relator-geral, concede entrevista ao lado de Ubiraci de Oliveira (E), da CGTB, do senador Paulo Paim e dos deputados Paulo Pereira e Arnaldo Faria

João Durval quer voltar a debater o pacto federativo **3**

Jefferson sugere compensação por efeitos da zona franca

Senador Jefferson Praia diz que criação do Polo Industrial de Manaus foi crucial na desaceleração do desmatamento na Amazônia e defende criação de mecanismo de compensação financeira para pessoas físicas e jurídicas envolvidas na sua implantação. Países que emitem muito CO₂ poderiam contribuir. **2**



Sarney (D) recebeu do embaixador Jerônimo Moscardo o busto de Alexandre de Gusmão, doado ao Senado

Sarney promete retomar ritmo intenso de votações a partir da próxima semana

O presidente do Senado, José Sarney, usou ontem a expressão "limpar as gavetas" ao anunciar que, a partir da próxima semana, o Senado pretende retomar o rit-

mo intenso de trabalho, com votações em Plenário. Também ontem, a Fundação Alexandre de Gusmão doou ao Senado um busto do "avô da diplomacia brasileira". **2**

Marisa diz que oposição deve se manter vigilante **4**

Maciel pede profunda e ampla reforma do Estado

Além das eleições e da alternância no poder, só uma ampla e profunda reforma do Estado vai assegurar a consolidação da democracia brasileira, afirmou ontem em Plenário o senador Marco Maciel. A reforma deverá dar aos três Poderes instrumentos para garantir plenamente aos cidadãos os seus direitos. **4**

Senador defende que empresas e famílias envolvidas com a produção no Polo Industrial de Manaus recebam recursos por seu papel na redução do desmatamento

Redução no desmate deve ser compensada, diz Jefferson

JEFFERSON PRAIA (PDT-AM) defendeu ontem a implantação de mecanismos compensatórios para a desaceleração do desmatamento na Amazônia obtida com a instalação do Polo Industrial de Manaus. Ele mencionou estudo dos pesquisadores Alexandre Rivas, José Alberto da Costa Machado e José A. Mota, que sugerem a cobrança de taxa, a ser manejada pela Organização das Nações Unidas com base no nível de emissão de CO₂ dos países membros do órgão. Segundo o estudo, países com alto grau de emissão de carbono pagariam mais.

Os recursos obtidos com a taxa seriam destinados aos agentes econômicos, firmas e famílias envolvidas direta e in-



Jefferson Praia apoia cobrança de taxa sobre emissão de gás carbônico

diretamente na construção e na manutenção do Polo Industrial de Manaus, que permitiu a diminuição do desmatamento.

Outra proposta do estudo diz

respeito ao comércio de créditos de carbono, já que as empresas de Manaus estão aptas a participar desse mercado, com ações a serem vendidas a partir do volume de carbono evitado.

Assim, as empresas do polo poderiam negociar, direta ou indiretamente, via bolsa de valores, créditos de carbono nas bolsas internacionais, e os créditos obtidos poderiam compor as receitas da empresa ou ser utilizados em atividades de responsabilidade social e ambiental.

– Isso serviria como um forte estímulo econômico para fazer com que essas empresas fortalecessem e ampliassem seu papel de redutor do desmatamento – disse.



Polo industrial: redução nos índices de desmatamento está diretamente associada à concentração de fábricas em Manaus

Sarney promete “limpar gavetas” até fim do ano

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que os senadores ainda têm muito o que fazer neste ano e que as atividades da Casa devem voltar à normalidade a partir da próxima semana.

– Na próxima semana vamos retomar os trabalhos. É hora de limparmos as gavetas – anunciou.

José Sarney também contou que a presidente eleita, Dilma Rousseff, lhe disse que se empenhará para o salário mínimo ter “um aumento substancial” em 2011.

– Evidentemente é preciso fazer as contas de maneira que mantenhamos o equilíbrio fiscal entre receita e despesa – ponderou o presidente do Senado.

Sarney recebeu a visita do pre-



Sarney e o embaixador Moscardo, diante do busto de Alexandre de Gusmão

sidente da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), embaixador Jerônimo Moscardo. A Funag doou ao Senado um busto do diplomata Alexandre de Gusmão, considerado o “avô da diplomacia brasileira”. O busto será

colocado na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Com sede em Brasília, a Funag é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores.

Neuto De Conto: país deve produzir mais fertilizantes

Ao afirmar que, em dez anos, o Brasil pode produzir cerca de 20% de toda a carne suína e 60% de toda a carne bovina exportadas no mundo, Neuto De Conto (PMDB-SC) desafiou ontem o governo federal a criar condições para o aumento da produção nacional de fertilizantes e de outros insumos agrícolas.

O senador lamentou que a agropecuária brasileira importe, hoje, cerca de 75% de todos os insumos que usa, apesar de existirem no país jazidas de fosfato e potássio capazes de abastecer as necessidades nacionais. As importações, salientou, podem afetar o crescimento da agricultura nacional.

Para Neuto De Conto, cabe ao governo federal criar as condições para a industrialização do



Senador afirma que Brasil importa 75% dos insumos de que necessita

que vier a ser obtido nessas jazidas. O parlamentar acrescentou que a Petrobras também tem condição de aumentar a produção de fertilizantes nitrogenados, outro insumo importado em larga escala.

– Seremos o país que abastecerá parte do mundo em alimentos, mas, para isso, é preciso planejar e investir. A Petrobras deve participar deste esforço da agropecuária brasileira.

CDR avalia potencial turístico do Brasil na Feira das Américas

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), senador Neuto De Conto (PMDB-SC), registrou que a comissão participou da Feira das Américas, realizada nos dias 20, 21 e 22 de outubro, no Rio de Janeiro. Na avaliação do senador, o Brasil pode crescer muito na área de turismo, o que vai contribuir para aumentar postos de trabalho e produtividade.

Neuto De Conto disse que o potencial turístico do Brasil

não se deve apenas à realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Para ele, o país tem vocação turística devido a suas riquezas e também em razão do crescimento econômico e da disposição de gasto da sociedade brasileira.

De acordo com o senador, as oportunidades de turismo do mundo foram expostas de maneira clara no evento, para que o público conhecesse as perspectivas dessa atividade no Brasil.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Três inscritos para discursar hoje

9h Hoje não haverá votações. A sessão será destinada a debates de senadores e comunicados da Mesa diretora. Entre os inscritos, Marisa Serrano (PSDB-MS), Marco Maciel (DEM-PE) e Mão Santa (PSC-PI).

Concurso Julgamento das redações hoje

9h A comissão julgadora escolhe hoje os vencedores do 3º Concurso de Redação do Senado. O tema deste ano foi “Brasília, capital dos brasileiros”.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Neuto De Conto • Gilvam Borges • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Acir Gurgacz cobra realização da reforma tributária

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) cobrou a implementação da reforma tributária, com corte de impostos, ressaltando que a economia não pode ficar à mercê de decisões tomadas por outros países, como a medida anunciada pelo banco central dos Estados Unidos (FED) de comprar US\$ 600 bilhões em títulos do governo em mãos de instituições financeiras privadas.

A medida, de acordo com Gurgacz, pode trazer impactos negativos para o Brasil. Ele explicou que o governo dos Estados Unidos, ao jogar de volta no mercado produtivo esses US\$ 600 bilhões, reduz as taxas de juros de seus títulos e praticamente força as instituições financeiras a buscarem outros investimentos, como o financiamento da produção, fazendo empréstimos a empresas norte-americanas.

Gurgacz apontou três efeitos da medida norte-americana sobre o Brasil. "É possível que as instituições financeiras que receberem parte desses US\$ 600 bilhões procurem investimentos não produtivos no Brasil, inflacionando o preço de ações e de imóveis", afirmou. Além disso, continuou o senador, especialistas acreditam que a política do FED é preocupante e terá como consequência a retaliação e o protecionismo, já que os EUA imprimirão mais moeda para pagar os US\$ 600 bilhões, desvalorizando ainda mais o dólar em relação ao real.

Outro efeito negativo citado por Gurgacz é a elevação da competitividade dos exportadores americanos em relação à indústria brasileira. Na sua opinião, o Brasil precisa reduzir imediatamente seus custos de produção – o custo Brasil.

– Não podemos ter nossa economia à mercê de ações econômicas como essas que estão sendo tomadas pelo governo dos Estados Unidos. Isso acontece exatamente por um motivo: nosso custo Brasil é alto e perdemos competitividade muito facilmente – disse.

O senador assinalou que há ainda "muita gordura a cortar para reduzir esse custo", mas não nos salários ou nos insumos de produção.

– O setor privado já vem fazendo cortes em cima de cortes. A economia brasileira privada já está saneada. A gordura à qual me refiro só pode ser cortada com a reforma tributária eficiente, inteligente, que seja fundamentada no corte de impostos – defendeu.



Acir Gurgacz diz que decisão do banco central americano prejudica o Brasil

Relator-geral do Orçamento anuncia uma série de reuniões com autoridades do governo federal em busca de acordo para definir novo valor do salário mínimo



Entre sindicalistas, Paulo Paim (2º à esq.) e os deputados Paulo Pereira da Silva e Arnaldo Faria de Sá, Gim Argello anuncia decisão

Após ouvir centrais, Gim diz que vai procurar Lula e Dilma

O RELATOR-GERAL DA proposta de Orçamento da União para 2011, senador Gim Argello (PTB-DF), informou que fará na próxima semana uma série de reuniões com autoridades do governo federal, inclusive com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com a presidente eleita, Dilma Rousseff, para definir o valor do salário mínimo a partir de janeiro do próximo ano.

Ele fez o anúncio depois de receber em seu gabinete, na manhã de ontem, representantes das centrais sindicais que reivindicam a fixação do piso nacional de salários em R\$ 580.

Gim Argello explicou aos sindicalistas as limitações para o reajuste: cada real acrescentado ao valor proposto pelo governo – R\$ 538,15 – significa um aumento de R\$ 286,4 milhões nas despesas. Gim disse que o arredondamento para R\$ 540, como ele sugeriu, elevou em cerca de R\$ 540 milhões os gastos orçamentários previstos.

O relatório de receitas do Orçamento de 2011, elaborado pelo deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) e aprovado na quarta-feira pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), prevê um acréscimo de R\$ 17,7 bilhões na arrecadação do governo federal para o próximo ano.

Desse acréscimo de receitas, como explicou o senador, devem



ser retirados recursos para contemplar novas demandas, que surgiram após o fechamento do projeto do governo, entre elas um valor maior para o salário mínimo.

Outras demandas

Há 11 demandas ainda não equacionadas que totalizam outros R\$ 30 bilhões, entre as quais algumas resultantes de decisões judiciais. Em busca do fechamento dessa equação, conforme o parlamentar, consultores e técnicos das duas Casas do Congresso estão analisando os números.

– Temos que encontrar uma solução dentro da realidade do

país, com muita responsabilidade – disse, explicando que uma ideia em pauta é fazer uma negociação para o biênio 2011/2012.

O representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Antonio Lisboa, afirmou que os sindicalistas defendem um maior aumento atrelado à política de valorização do salário mínimo.

O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, disse acreditar na negociação com o relator e observou que o acréscimo de receita de R\$ 17,7 bilhões terá melhor destinação no Orçamento se for usado para recompor o salário mínimo.

Paim mantém luta contra o fator previdenciário

O senador Paulo Paim (PT-RS) comprometeu-se ontem, em discurso, a continuar sua luta para derrubar, no Congresso, o fator previdenciário, que "reduz em quase a metade o valor das aposentadorias do INSS" na hora da sua concessão. Garantiu que não vai "recuar nenhuma vírgula" na sua campanha contra o fator previdenciário.

Lembrou que ainda tramita na Câmara projeto com essa finalidade. Além disso, os congressistas também terão de examinar veto que o presidente Lula fez ao projeto

de conversão da Medida Provisória 475/09, aprovado pelo Congresso, que acabava com o fator previdenciário no dia 31 de dezembro deste ano.

Paulo Paim relatou as primeiras reuniões de sindicalistas com o relator-geral do Orçamento 2011, Gim Argello (PTB-DF) (*leia acima*), quando se discutiu o reajuste do salário mínimo para um valor superior aos R\$ 538,15 previstos na proposta do governo.

– Continuo defendendo que o salário mínimo, que vai subir no dia 1º de janeiro próximo, seja corrigido pela inflação

deste ano mais um aumento real. Também vou lutar para que o mesmo índice seja aplicado às aposentadorias com valor superior ao salário mínimo – prometeu.

Paim agradeceu as mensagens de apoio que recebeu pela internet durante a campanha eleitoral. Disse ter recebido muitas doações de pequeno valor de pessoas que o apoiam e que sua campanha custou cerca de R\$ 1 milhão, valor considerado modesto, comparando-se com as campanhas de outros candidatos ao Senado.

Papaléo elogia qualificação do servidor público

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) homenageou ontem os servidores públicos por sua data nacional, dia 28 de outubro. Segundo ele, o atual quadro de servidores públicos reflete, "de forma bastante positiva", a própria construção da sociedade democrática moderna, "de caráter necessariamente inclusivo".

– Na história do nosso país, o Estado ganhou funções ainda mais complexas, visto que se tornou fio condutor de todo o processo de modernização de nossas estruturas econômicas, com impacto profundo nas respectivas estruturas sociais – afirmou.

Papaléo assinalou que o Estado brasileiro é constitucionalmente responsável pela saúde, educação, manutenção da ordem, segurança pública, justiça, regramento econômico e a garantia de padrões mínimos de sobrevivência aos cidadãos. Ele disse que isso resulta na necessidade de se contratar um "amalgama cada vez maior de profissionais junto à sociedade, ampliando e diversificando o serviço público".

O senador também salientou que a Constituição de 1988 consagrou o princípio do concurso público para acesso às carreiras civis e garantiu a democratização dessas carreiras. Com isso, ele afirmou que praticamente todos os órgãos públicos contam hoje com profissionais de alto gabarito em seus quadros.

– O próprio Senado Federal deve muito de seu funcionamento aos excelentes profissionais de carreira que tem, servidores públicos que desempenham com desenvoltura admirável suas funções na Casa. É o esforço coletivo do corpo funcional do Senado que permite ao senador tranquilidade para o exercício do seu mandato – afirmou.

Papaléo ainda ressaltou a necessidade de manter os servidores permanentemente atualizados, especialmente em áreas onde a dinâmica do conhecimento é mais acelerada. Ele defendeu o investimento permanente na capacitação dos servidores, pois é uma das atividades que frequentemente sofrem cortes orçamentários.



Papaléo afirma que Senado deve muito ao seu quadro funcional

Lula deixará "herança muito boa" para Dilma, afirma Inácio Arruda

Ao comemorar da tribuna a vitória de Dilma Rousseff na disputa pela Presidência da República, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que o presidente Lula deixará uma "herança muito boa" para sua sucessora.

– É uma herança positiva que Lula entrega às mãos de Dilma. E Dilma tem outra facilidade: ela esteve dentro deste governo, construindo esse projeto, construindo esse programa que está em curso no Brasil – disse.

Para Inácio Arruda, a eleição presidencial serviu para a população comparar o desempenho do governo Lula com o do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

Ele disse que, mesmo com o país estável economicamente, Dilma terá grandes desafios, como a ampliação dos serviços de água tratada e de esgotamento sanitário, o transporte público e a diminuição da taxa de juros.

– Não há um lugar da economia que não esteja em movimento. Tudo está se movimentando no sentido positivo. Dilma tem a responsabilidade de alargar os caminhos que Lula abriu no Brasil – afirmou.



Inácio Arruda: "Eleição serviu para o povo comparar o governo de Lula com o de FHC"

Flexa agradece votos e promete honrar novo mandato

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) agradeceu ontem aos eleitores que lhe garantiram um novo mandato no Senado a partir de 2011. Ele disse que sua responsabilidade aumenta depois dos seis anos em que esteve na Casa, tendo assumido a vaga de Duciomar Costa (PTB), como primeiro suplente.

– Isso me envaidece e me dá muito orgulho. Mas me dá mais do que isso, me dá a preocupação e a certeza de que eu vou ter aumentada a responsabilidade que tinha e vou corresponder a esses 1.817.446 paraenses que confiaram no senador Flexa Ribeiro e me deram a honra de retornar, por mais um mandato, ao Senado Federal.

Flexa Ribeiro também comemorou a eleição de seu companheiro de partido Simão Jatene para o governo do Pará. Segundo ele, houve um "desgoverno" no estado nos últimos quatro anos, o que poderá ser revertido agora "para que a vida dos paraenses volte a melhorar, para que eles possam ter saúde, segurança, educação e infraestrutura de qualidade".



Senador celebra eleição do colega do PSDB Simão Jatene para o governo do Pará

Uma reforma dos sistemas eleitoral, partidário e de governo aumentará a governabilidade e melhorará a representação política, diz o senador

Marco Maciel prega reforma do Estado e do sistema político

A CONSOLIDAÇÃO DA democracia brasileira não se dá apenas na normalidade do jogo eleitoral e nas votações que permitem a alternância de poder. Depende de uma ampla e profunda reforma no âmbito do Estado, que dê aos três Poderes capacidade de aumentar os níveis de governabilidade e assegurar a cada cidadão a plena fruição de seus direitos. Essa é a análise feita ontem em Plenário pelo senador Marco Maciel (DEM-PE).

– A persistência com que tenho abordado esse tema nasce da convicção de que a mais relevante das reformas do país é, sem dúvida, a de natureza institucional e política, de que depende, em última análise, o sucesso de todas as demais – disse, apontando para a exigência de um consenso em torno de uma reforma política que corrija as imperfeições da democracia brasileira.

Marco Maciel saudou a realização bem-sucedida de mais uma eleição, que confirma a participação popular nas decisões e representa o mais longo período democrático na história do país. Para ele, no entanto, ainda há muito a ser feito. Ele pregou a reforma dos três sistemas do regime democrático, a que chamou de "operativos": o sistema eleitoral, o sistema partidário e o sistema de governo.

– É preciso compatibilizarmos o sistema eleitoral e o sistema partidário, com o objetivo de garantir a representatividade e aumentar a governabilidade – avalia.

É fundamental fortalecer as instituições, disse ele, citando a obra *Entre duas repúblicas*, do cientista político Norberto Bobbio, publicada em 1947. Para isso, afirmou o senador, é preciso decidir entre as inúmeras modalidades de correção do sistema eleitoral brasileiro, de modo a evitar a proliferação de partidos, por exemplo, e a estabelecer métodos mais democráticos de financiamento de cam-



Marco Maciel acredita que reforma das instituições políticas deve preceder as outras reformas

panha.

– No sistema eleitoral, não basta a existência de um processo estável e permanente que ponha fim à prática de elaboração de uma nova lei para cada eleição. Devemos mudar o próprio modelo proporcional de listas abertas, hoje existente em apenas dois países do mundo, um dos quais o Brasil – continuou.

Ele pediu também que se repense o instituto da medida provisória que, a seu ver, cerceia o Congresso, dificultando-lhe a possibilidade de deliberar de acordo com os sentimentos da sociedade.

– Sem essas mudanças, não colheremos os efeitos do processo de transformação iniciado com a Constituição de 1988 e que não pode ser interrompido, sob o risco de frustrarmos as aspirações manifestadas pela sociedade brasileira em muitas e reiteradas eleições – advertiu o senador, que também defendeu uma reforma tributária e um Poder Judiciário mais dinâmico.

João Durval quer retomar debate sobre pacto federativo e separação dos Poderes

O senador João Durval (PDT-BA) propôs ontem que, neste momento de renovação na Presidência e no Congresso Nacional, seja retomado o debate sobre questões que se encontram mal resolvidas, como o pacto federativo e a independência e separação dos Poderes. Ele vê no estudo dos consultores legislativos Rafael Silveira e Silva, do Senado, e Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo, da Câmara, um instrumento útil para orientar esse debate.

O estudo foi publicado na série *Textos para discussão*, do Centro de Estudos da Consultoria do Senado.

O estudo, disse o senador, demonstra que o instituto da medida provisória (MP), utilizado em larga escala pelo Executivo junto com projetos de lei, atropela as pautas das duas Casas do Congresso Nacional.

– No Brasil, um tema tem sido objeto frequente de controvérsia e debate, nos meios acadêmicos, mas também



João Durval lamenta judicialização do processo legislativo pelo STF

no ambiente político: trata-se da apropriação da agenda do Poder Legislativo pelos outros Poderes. Tanto acontece o fenômeno chamado judicialização do processo legislativo, quando os tribunais, em especial o STF, tomam a iniciativa do estabelecimento de normas de caráter legislativo, quanto a apropriação de agenda legislativa pela administração federal – afirmou.

Outra manobra utilizada pelo Executivo, assinalou o senador, é a apropriação de projetos de lei de iniciativa parlamentar que estejam tramitando. Nessa manobra, o Executivo reformula essas propostas e as transforma em projetos ou MPs de sua iniciativa. Um dos exemplos é o da legislação sobre política urbana e habitacional e regularização fundiária, que vinha há longo tempo sendo discutida no Congresso. No estudo, os consultores criaram um índice de medida dessa apropriação de agenda.

Marisa Serrano convoca oposição a se manter vigilante

Marisa Serrano (PSDB-MS) convocou ontem a oposição "a estar vigilante e a ser crítica e responsável" diante do "cheque em branco" dado a Dilma Rousseff, de quem "não se sabe das ideias e dos procedimentos, pois ela não se tornou suficientemente conhecida".

A senadora disse esperar que o próximo governo tenha credibilidade e coragem de implementar reformas, como a política e a tributária, criando condições para promover o desenvolvimento sustentável. E puxou para a oposição a responsabilidade de assegurar o valor das instituições, da liberdade de imprensa, a implementação e a correção das reformas, sempre fiscalizando.

– Queremos é avançar, e avançar dando uma perspectiva de futuro para as novas gerações, para que o Brasil continue crescendo em uma direção confiável – frisou.

Marisa afirmou que houve, nessas eleições, um populismo exagerado de partes do governo e uma interferência excessiva do presidente Lula na campanha.



Marisa Serrano afirma que Lula interferiu excessivamente na eleição presidencial

Mão Santa acusa Lula e diz que oposição o poupou da cassação

Mão Santa (PSC-PI) saiu em defesa ontem da atuação dos partidos de oposição nos oito anos de governo Lula. O senador elogiou o candidato do PSDB à Presidência, José Serra, que, segundo Lula, "saiu da campanha menor do que entrou".

– Desejo prestar uma homenagem àquele que tombou, ao candidato heroico José Serra. Não foi mole, não. Ele saiu muito maior do que entrou. Ele foi como o apóstolo Paulo: combateu o bom combate, terminou a carreira e pegou e guardou a fé. Não foi mole, não – disse Mão Santa, que acusou o presidente Lula de tentar humilhar os vencidos.

Para Mão Santa, a oposição teria motivos para ter um comportamento raivoso, acusação lançada pelo presidente, mas poupou Lula de um processo de *impeachment* relacionado a casos de corrupção no Executivo.

– A Justiça carimbou e ele chamou de 40 aloprados e nós, em uma benignidade, respeitando a maioria do povo que tinha votado em Luiz Inácio, deixamos de cassá-lo – frisou.



Mão Santa elogia o comportamento do candidato José Serra durante a campanha